

PROGRESSO E DECLÍNIO N'A *RIQUEZA DAS NAÇÕES*

Bruno Cardoni Ruffier¹

RESUMO: O artigo pergunta sobre como a leitura teleológica que Smith faz da história, frequentemente compreendida como inexoravelmente progressiva, pode ser compatibilizada com os diagnósticos e prognósticos de declínio e decadência igualmente presentes *n'A Riqueza das Nações*. Neste sentido, foram analisados os diagnósticos que Smith ofereceu sobre o motivo do declínio e decadência do Império Romano e o Império espanhol, além do prognóstico que ele faz sobre a possibilidade de estagnação econômica e da consequente instauração da infelicidade nas modernas sociedades comerciais. Espera-se que a análise das observações de Smith nestes dois casos possa melhor esclarecer por que o movimento natural em direção ao progresso é interrompido, como o declínio pode ser uma possibilidade em um sistema histórico progressista e qual seria a visão que Smith faz da história.

Palavras-chave: Riqueza das Nações; Progresso; Declínio.

ABSTRACT: The article investigates how Adam Smith's teleological interpretation of history, often understood as inexorably progressive, can be reconciled with his diagnoses and prognoses of decline and decadence as equally present in "The Wealth of Nations." In this regard, the article analyzes Smith's diagnoses of the causes of decline and decadence in the Roman Empire and the Spanish Empire, as well as his prognosis regarding the possibility of economic stagnation and the subsequent establishment of unhappiness in modern commercial societies. The aim is to shed light on why the natural movement towards progress is interrupted, how decline can be a possibility in a progressive historical system, and what Smith's perspective on history entails.

Keywords: The Wealth of Nations; Progress; Decline.

Introdução: Seria Adam Smith um inabalável otimista no progresso?

Em *A Ideia de Decadência na História Ocidental*, Artur Herman aponta que a escola escocesa do Iluminismo é característica por ter incorporado e desenvolvido a premissa de um dos seus fundadores, Francis Hutcheson, de que haveria “um só conjunto universal de laços naturais a sustentar todas as comunidades humanas por toda a história, resultando em crescente complexidade” (HERMAN, 1999, p. 29). Para Hutcheson e seus alunos - Adam Smith e Hume entre outros-, a história consistiria num movimento geral em direção à moderna opulência mercantil, combinada com a elevação da humanidade do estado de ignorância “selvagem” ao moderno modo de viver. Esta teoria da “sociedade civil” teria sido, de acordo com Herman (1999, p. 29), “a primeira teoria secular do progresso e da ‘civilização’”, pois para aqueles iluministas escoceses, a ideia de progresso e de

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. ORCID: 0000-0001-8521-4320. Correio eletrônico: bruffier@gmail.com.

civilização eram inseparáveis: junto do refinamento dos gostos, a civilização oferecia ao moderno habitante das cidades uma compreensão científica do mundo e uma instintiva repugnância pela “violência, crueldade, superstição e despotismo político” (HERMAN, 1999, p. 29).

Neste sentido, conforme a introdução de Andrew Skinner para a edição inglesa da Riqueza das Nações de Adam Smith, Smith seria um dos fundadores daquilo que se pode chamar de “história filosófica” – um tipo de investigação que buscou desvendar na sequência dos fatos históricos um padrão subjacente explicável com referência à “natureza humana” (SKINNER; SMITH, 2003, p. 29–32). Smith apontou os instintos humanos como agentes primários na história: o desejo de “comerciar, barganhar e trocar uma coisa por outra” (SMITH, 1981, p. 25–28, 341-342, 674), a fascinação por objetos bem trabalhados, o pendor pela acumulação de riqueza e a vaidade seriam as causas eficientes que impulsionam o homem a realizar aquilo que, n’*A Teoria dos Sentimentos Morais* ele qualificou simultaneamente como “curso natural das coisas” e como “plano divino” (SMITH, 1981, p. 378; SMITH *et al.*, 1982, p. 166). De fato, Smith descreve um universo no qual a ganância (eufemisticamente citada como auto interesse [*self-interest*]) é a causa de todo crescimento, melhoramento e opulência “pública”, “nacional” e “privada” (SMITH, 1981, p. 343), enquanto afirma que seria “extremamente absurdo” atribuir a ordem harmônica da existência humana à “sabedoria” de meros mortais” (SMITH *et al.*, 1982, p. 87). Neste sentido, conforme Norbert Waszek (2003, p. 76), para os iluministas escoceses as transformações históricas “se realizam independentemente dos planos individuais, por trás dos indivíduos e mesmo contra a sua vontade”.

Para Smith, a psicologia humana seria providencialmente estabelecida, e, portanto, não poderia ser viciosa. Renunciar aos nossos impulsos internos, aparentemente vis, seria “obstruir [...] o esquema que o Autor da Natureza estabeleceu para a perfeição do mundo, e, portanto, declarar a nós mesmos [...] em alguma medida, inimigos de Deus” (SMITH *et al.*, 1982, p. 166). Neste sentido, “a administração do grande sistema do universo [...] o cuidado com a felicidade universal de todos os seres racionais e sensíveis, é da alçada de Deus, e não dos homens” (SMITH *et al.*, 1982, p. 237).

Em cada parte do universo nós observamos os meios ajustados mais agradavelmente ao fins que eles são intencionados a produzir; e no mecanismo de uma planta, ou corpo animal, admiramos como tudo é arquitetado [*contrived*] para avançar os dois grandes propósitos da natureza, o suporte do indivíduo e a propagação da espécie [...] Quando por princípios naturais nós somos levados a avançar estes fins, que uma razão esclarecida e refinada recomendaria a nós, estamos aptos a imputar a aquela razão, como causa eficiente, os sentimentos e ações pelos quais avançamos estes fins, e imaginar que se trata da sabedoria do homem, o que na verdade é sabedoria de Deus (SMITH *et al.*, 1982, p. 87).

A partir de um argumento de *design inteligente*, Smith apontou que a natureza dá cinco fins para os seres humanos: autopreservação, procriação, ordem, felicidade e perfeição da espécie,

afirmando que tais fins se realizariam como decorrência daqueles sentimentos morais supramencionados, implantados no homem por um providencial “Autor da natureza”(SMITH *et al.*, 1982, p. 167) cuja intenção última é “promover a felicidade e guardar contra a infelicidade” (SMITH *et al.*, 1982, p. 77). Os sentimentos morais inculcados no ser humano, portanto, seriam uma força “poderosa o bastante para manter o progresso natural das coisas rumo ao aperfeiçoamento, a despeito tanto da extravagância do governo quanto dos maiores erros de administração” (SMITH, 1981, p. 343). Ou, em outra elaboração,

um princípio tão poderoso, que ele sozinho, e sem qualquer assistência, não apenas é capaz de conduzir a sociedade para a riqueza e prosperidade, mas de superar uma centena de obstruções impertinentes com as quais a insensatez das leis humanas frequentemente onera as suas operações (SMITH, 1981, p. 540).

Conforme Lisa Hill (2004, p. 633), a visão da história de Smith é mais bem compreendida como uma “teodiceia”, isto é: como uma “tentativa de reconciliar a crença em um Deus onipotente e benigno com os aparentes males da vida”. Demover a “mão invisível” a um mero eufemismo para um mecanismo de equilíbrio competitivo é “uma completa distorção das intenções de Adam Smith”. Como um cientista social sem recurso a qualquer coisa como uma teoria da evolução, “Smith teria resistido atribuir ao acaso a calibração sofisticada e perfeita dos nossos impulsos na direção da ‘felicidade humana’; portanto o conceito de uma deidade benevolente e projetista [*designing*] é o único e mais lógico recurso explicativo” (HILL, 2001, p. 19). A autora defende, ainda, que a teologia deísta presente n’A *Teoria dos Sentimentos Morais* estabelece o sentido moral teleológico que informa os argumentos históricos e econômicos d’A *Riqueza das Nações* (HILL, 2001, p. 4).

N’A *Riqueza das Nações*, a história filosófica de Smith é apresentada como uma sequência em quatro etapas, caracterizadas a partir dos modos de organização econômicos pelos quais as sociedades tendem naturalmente a passar se não encontrarem obstáculos insuperáveis². Estas etapas são as eras dos caçadores; dos pastores; da agricultura e do comércio. Cada etapa sucessiva mostra-se como um “estado mais avançado da sociedade” do que o anterior (SMITH, 1981, p. 690–694). As

² Para alcançar o estágio civilizado das sociedades comerciais, contudo, Smith argumenta que é preciso que uma nação satisfaça um número de condições: capacidade de defesa, fertilidade do solo e acesso à boa comunicação por terra e água. (SMITH, 1981, pp.37-47). Por este motivo, ainda haveria sociedades no mundo que permaneceram bárbaras: o “estado mais baixo e mais rude da sociedade, [ainda é encontrado] nas tribos nativas da América do Norte”; sociedades pastoris podem ser verificadas “entre os tártaros e os árabes”; e a terceira etapa ainda predominaria “entre aquelas nações de lavradores que têm pequeno comércio exterior e nenhuma outra manufatura.” Contudo, onde houver ordem e segurança, Smith vaticina, haverá espaço para o progresso: “Em todos os países onde há uma tolerável segurança, cada homem dotado de senso comum [*Every man of common understanding*] se esforçará para empregar qualquer capital que ele possa comandar para garantir ou fruição presente ou lucro futuro” (ibid. pp.284-285). É este emprego de capital que, na sua teoria, propicia a chegada da era comercial- onde além da comercialização da agricultura, estabelece-se o encorajamento das manufaturas e, sobretudo, se verifica a presença da divisão do trabalho e dos benefícios de aumento de produtividade ligados a ela (ibid. pp. 689-694).

três primeiras seriam “bárbaras”, enquanto a sociedade comercial é descrita como “civilizada”(SMITH, 1981, p. 708), e as nações “civilizadas” seriam mais ricas, livres e felizes do que a “bárbaras”(SMITH, 1981, p. 10). Smith repetidamente refere-se ao “progresso”, ao “progresso do melhoramento”, ao “progresso natural do melhoramento”, e ao “curso natural das coisas” como sendo o “curso natural” promovido pelas “inclinações naturais do homem”(SMITH, 1981, p. 377–378; 674; 708). Assim, Alvey (2003, p. 8) indica uma vez que a divisão do trabalho desenvolve-se a partir do instinto humano pela troca, e que é ela que possibilita a sociedade comercial, então seria o plano da Natureza que todas as nações se tornassem comerciais.

Uma vez que a “felicidade da humanidade [...] parece ter sido o propósito original intentado pelo Autor da Natureza” (SMITH *et al.*, 1982, p. 166), e que “nenhuma sociedade pode certamente florescer e ser feliz na qual a maior parte dos seus membros é pobre e miserável” (SMITH, 1981, p. 96), compreende-se do seu texto que as sociedades pré-comerciais não estariam aptas a satisfazer todos os fins que a natureza estabeleceu aos humanos, pois não produzem riqueza suficiente. Para isso, bastaria observar a “serenidade e felicidade” dos ricos em comparação com a “infelicidade e aflição” dos pobres (SMITH *et al.*, 1982, p. 71). Uma das principais vantagens da sociedade comercial, portanto, é que ela geraria a maior demanda possível por trabalho (SMITH, 1981, p. 337), criando condições para um aumento do “preço real do trabalho” e fazendo com que “o grande corpo do povo” (SMITH, 1981, p. 36), isto é, os trabalhadores, recebessem “uma tal parcela do produto do seu próprio trabalho” que lhes permitiria ser “toleravelmente bem alimentados, vestidos e alojados”(SMITH, 1981, p. 96).

Compreender o esquema histórico de Smith como um movimento de melhoramento progressivo que culmina na etapa da sociedade comercial fortalece a interpretação “liberal-capitalista” do seu pensamento: uma perspectiva indubitavelmente otimista sobre os benefícios que a sociedade comercial e os prospectos do desenvolvimento e crescimento econômicos trazem, que põe a sociedade não apenas no estágio final de um progresso evolutivo, mas também no seu ápice (ALVEY, 2003, p. 9).

Robert Heilbroner, contudo, aponta que há um aspecto central com respeito à visão da história de Adam Smith que não recebe atenção suficiente. Trata-se de um “profundo pessimismo escondido no seu esquema evolutivo social e econômico” (HEILBRONER, 1976, p. 243). Haveria n’A *Riqueza das Nações* a indicação de um declínio material esperando no fim da jornada econômica, e junto dele, uma “decadência moral sofrida pela sociedade no curso deste trajeto” (HEILBRONER, 1976, p. 243). Para Heilbroner (1976, p. 243), Smith estaria a afirmar que as sociedades comerciais não seriam o ápice do desenvolvimento humano e, assim como outras sociedades em outras épocas, elas também

decairiam. Smith, de fato, aponta que “impérios, como todos os outros trabalhos do homem, tem até aqui se mostrado mortais”, ainda que “todos eles aspirem a imortalidade” (SMITH, 1981, p. 830).

Isto considerado, o presente trabalho pergunta sobre como a leitura teleológica que Smith faz da história, compreendida como inexoravelmente progressiva, pode ser compatibilizada com os diagnósticos e prognósticos de declínio e decadência igualmente presentes n’*A Riqueza das Nações*. Neste sentido, serão analisados os diagnósticos que Smith ofereceu sobre o motivo do declínio e decadência do Império Romano e o Império espanhol, além do prognóstico “malthusiano e ricardiano” que ele faz sobre a possibilidade de estagnação econômica e da consequente instauração da infelicidade nas modernas sociedades comerciais. Espera-se que a análise das observações de Smith nestes dois casos possa melhor esclarecer por que o movimento natural em direção ao progresso é interrompido, como o declínio pode ser uma possibilidade em um sistema histórico progressista e qual seria visão que Smith faz da história: - seria ela simplesmente progressiva, cíclica, ou outra coisa?

Do subjugo militar de Roma à moderna civilização europeia

Conforme o esquema histórico de Adam Smith, na medida em que as sociedades avançam pelas quatro épocas, as artes vão sendo refinadas, o comércio se expande, as pessoas tornam-se mais industriosas e, como consequência, passam a carecer do tempo de “lazer” necessário para fazer exercícios militares. Assim, nas sociedades mais desenvolvidas, “a maioria do povo torna-se totalmente não-bélica” (SMITH, 1981, p. 693). Ao mesmo tempo em que o sucesso comercial reduz a virtude marcial de uma sociedade, ele provoca a invasão dos seus vizinhos, uma vez que “os hábitos naturais do povo o tornam totalmente incapaz de se defender” (SMITH, 1981, p. 697). Smith aponta que, para o governo - cujo primeiro dever é “proteger a sociedade da violência e invasão de outras sociedades independentes” (SMITH, 1981, p. 687) - haveria duas soluções disponíveis. A primeira é

por meio de uma política muito rigorosa que, a despeito de toda inclinação do interesse, gênio e propensões do povo, forçaria a prática de exercícios militares e obrigaria todos os cidadãos a [...] adicionar em certa medida o ofício de soldado a qualquer outro ofício ou profissão que possam estar exercendo (SMITH, 1981, p. 698).

Trata-se da solução em favor da milícia, pauta altamente debatida pelos contemporâneos de Smith em uma Escócia recém unificada com a Inglaterra (cf. SHER, 1989). A segunda, preferida por ele, é que a nação, “mantendo e empregando um certo número de seus cidadãos na prática constante de exercícios militares, pode tornar o ofício de um soldado um ofício particular, separado e distinto de todos os outros” (SMITH, 1981, p. 698).

A derrota das repúblicas gregas por Felipe da Macedônia e a derrota de Cartago por Roma, diz Smith foram causadas pela “irresistível superioridade que um exército regular tem sobre toda outra espécie de milícia” (SMITH, 1981, p. 705). A regularização do exército em Roma, neste sentido, pode ser lida como fruto do progresso: “Com o avanço das artes e indústria, [...] a autoridade dos chefes gradualmente decaiu, e a maioria do povo tinha menos tempo para exercícios militares [...] os exércitos regulares foram gradualmente introduzidos para suprir o seu lugar”(SMITH, 1981, p. 705). A substituição da milícia por exércitos profissionais significou, para Smith, “a primeira grande revolução nos negócios da humanidade da qual a história preservou qualquer relato distinto ou circunstanciado” (SMITH, 1981, p. 702).

Mas, ainda assim o destino de Roma aponta para a impermanência das nações, por mais “civilizadas” que sejam. O padrão parece ser que um povo emerge através dos quatro estágios, perde o vigor marcial e a participação pública, e então requer um exército regular para sua sobrevivência. Tomando ou não a decisão prudente de estabelecer este exército regular, a nação seria finalmente subjugada militarmente, frequentemente por povos pastoris, menos civilizados e mais belicosos (ALVEY, 2003, p. 10).

Depois da queda de Roma, contudo, Smith reintroduz a realização do progresso pelo meio indireto das inclinações naturais do ser humano. Depois da anarquia da invasão bárbara, o bom governo, a ordem e liberdade foram apenas lenta e gradualmente restaurados. Conforme o seu relato, o efeito da queda do Império Romano foi de muitos séculos de anarquia, pobreza, barbarismo e violência (SMITH, 1981, p. 381–382). Os “bárbaros” conquistadores eram povos que ainda estavam apenas entrando na terceira época histórica, e que, portanto, arrastaram a Europa de volta a época das sociedades agrícolas. Na *Riqueza das Nações*, Smith argumenta que as “instituições humanas” estabelecidas pelos “bárbaros” depois do subjugo de Roma interferiram com “o progresso natural da opulência” ou com “o curso natural das coisas” (SMITH, 1981, p. 377).

Os terrores da invasão persistiram pois nas partes remotas do reino cada senhor era “um tipo de príncipe menor [*petty prince*]” que “fazia guerra conforme sua própria discricção” contra outros senhores e “as vezes contra o seu soberano” (SMITH, 1981, p. 383). Em tais circunstâncias ainda não havia segurança externa para tais principidades (SMITH, 1981, p. 418). A maior parte da população foi escravizada pelos senhores “bárbaros”(SMITH, 1981, p. 386). Outros tornaram-se arrendatários, e ainda que os arrendamentos fossem relativamente baratos, eles não possuíam a segurança do título de posse [*tenure*]. Nesta situação, a maior parte da população não tinha incentivos para trabalhar ou investir, o desejo de “melhorar a própria condição” restava impedido, e o “progresso” foi parado (SMITH, 1981, p. 386–387). Ainda assim, os senhores das terras possuíam um grande excedente de

comida, que só podia ser gasto na “hospitalidade rústica do lar” (SMITH, 1981, p. 413). As centenas ou milhares de recipientes desta generosidade eram completamente dependentes da sua caridade, assim como os arrendatários, cujo baixo preço do arrendamento dependia do “bem-querer” [*good pleasure*] do senhor (SMITH, 1981, p. 415). Em troca destes favores, o senhor requeria dos arrendatários e dos aldeões que o servissem nas suas guerras frequentes contra outros senhores (SMITH, 1981, p. 334).

Os mercadores itinerantes que viviam fora da proteção dos senhores nas cidades remanescentes gradualmente aumentaram sua fortuna e independência ao oferecer bens manufaturados para as áreas rurais (SMITH, 1981, p. 397). Normalmente os líderes das cidades eram politicamente prudentes em formar alianças com o Rei contra os senhores vizinhos. Em troca, o Rei garantia privilégios às cidades, incluindo o direito ao autogoverno. Ao estabelecer um “governo regular” e formar milícias, as cidades ficaram não apenas em posição de se proteger dos senhores, mas de “oferecer ao Rei apoio militar considerável” (SMITH, 1981, p. 402). Assim, como consequência da busca dos mercadores por “melhorar a sua condição”, a “ordem e o bom governo, e junto com elas a liberdade e segurança dos indivíduos” (SMITH, 1981, p. 405) foi estabelecida nas cidades.

Com essa segurança, os burgueses [*burghers*] puderam importar “manufaturas de maior qualidade e luxos caros” (SMITH, 1981, p. 406) e os senhores de terra, pela primeira vez, tinham algo além da hospitalidade pelo qual poderia trocar o seu excedente agrícola (SMITH, 1981, p. 418). Eles ficaram fascinados com tais itens e vaidosamente desejaram possuí-los e exibi-los. Na medida em que “compravam avidamente” estes itens de luxo, eram forçados a reduzir o número de seus dependentes e finalmente dispensá-los completamente. Pela mesma razão, os senhores se viram exigidos a administrar suas terras mais eficientemente: eles dispensaram os arrendatários excessivos e buscaram aumentar os arrendamentos dos restantes. Finalmente os arrendamentos tornaram-se de tal maneira caros que os arrendatários apenas poderiam pagá-los se novos investimentos fossem feitos para aumentar a produtividade da terra, mas para fazer tais investimentos, eles demandaram dos senhores a segurança do título de posse [*tenure*]. Assim, a “dispendiosa vaidade do senhor fê-lo aceitar voluntariamente esta condição; e daí a origem dos longos arrendamentos” (SMITH, 1981, p. 420). Tal desenvolvimento permitiu aos arrendatários aumentar a produção (para pagar os arrendamentos mais caros) e tornarem-se “totalmente independentes” do senhor, que “não deve esperar dele o mínimo serviço além do que foi expressamente estipulado ou imposto pela comum e conhecida lei do campo” (SMITH, 1981, p. 421). Os senhores de terras, assim, já “não eram mais

capazes de interromper a execução regular da justiça ou perturbar a paz do campo” (SMITH, 1981, p. 421) mandando os seus súditos para a guerra.

Assim, o poder dos senhores caiu em declínio junto com a sua posição econômica e, finalmente, “Um governo regular foi estabelecido no campo bem como na cidade, ninguém tendo força suficiente para perturbar sua operação tanto num como no outro” (SMITH, 1981, p. 412). Desse modo, a segurança interna foi em geral restaurada por toda a Europa, graças aos desenvolvimentos nas cidades. O efeito “mais importante” do comércio e da manufatura foi que “ordem e bom governo, e com eles, a liberdade e segurança dos indivíduos, dentre os habitantes do país” foram gradualmente reintroduzidas” (SMITH, 1981, p. 412).

As paixões humanas, mostra Smith, parecem ter sido primordiais na superação do “barbarismo” feudal. O processo histórico não se deveu ao desígnio de nenhum homem, mas ao encadeamento de diversas paixões ao longo de séculos: vaidade e fascinação com bens finos por parte dos senhores e cupidez e o desejo de segurança por parte dos mercadores. “Uma revolução de grande importância para a felicidade pública foi deste modo causada por duas diferentes ordens de pessoas que não tiveram a mínima intenção de servir ao público” (SMITH, 1981, p. 422). As ações dos senhores, que foram tão importantes para este resultado, eram irracionais quanto à preservação da própria riqueza, status, e poder político e jurídico: “pela gratificação das mais infantis, mesquinhas e mais sórdidas de todas as vaidades, gradualmente mercadejaram todo o seu poder e autoridade” (SMITH, 1981, p. 419). *A Riqueza das Nações* mostra que as paixões foram as responsáveis pela superação do “barbarismo” feudal. Elas trabalharam na história para minar as instituições humanas defeituosas e gradualmente restaurarem “o curso natural [...] na direção da riqueza e da prosperidade” (SMITH, 1981, p. 674).

Alvey pergunta se dado o fato de que a sociedade comercial parece decair e regenerar a si mesma, poder-se-ia imputar a Smith uma visão “trágica, cíclica da história” na qual a sociedade comercial estaria fadada a “florescer apenas para murchar novamente como ocorreu na época clássica?” (ALVEY, 2003, p.14). Smith, contudo, apontou que as causas da decadência das sociedades clássicas seriam menos relevantes para as sociedades modernas pois uma “grande revolução na arte da guerra” (SMITH, 1981, p. 707) foi introduzida pela invenção da arma de fogo. Com elas, a força e agilidade corporais perderam importância no âmbito militar. Nações comerciais podem agora superar a falta de virtude marcial com um armamento superior, de modo que o ciclo histórico de crescimento seguido por “invasões bárbaras” poderia ser rompido:

Na guerra moderna, a grande despesa das armas de fogo dá uma vantagem evidente à nação que melhor pode sustentar aquela despesa e, consequentemente, a uma opulenta e civilizada

sobre uma pobre e bárbara. Nos tempos antigos, os opulentos e civilizados achavam difícil se defender contra os pobres e bárbaros. Nos tempos modernos, os pobres e bárbaros acham difícil se defender contra os opulentos e civilizados. A invenção das armas de fogo, invenção que à primeira vista parece tão perniciososa, certamente é favorável à permanência e expansão da civilização (SMITH, 1981, p. 708).

Do declínio do Império espanhol à estagnação das sociedades comerciais

Segundo Whelan (2014, p. 193), “a preocupação da Espanha com a aquisição de metais preciosos foi um tema conspícuo para Adam Smith”. A Espanha tinha adquirido um vasto império e gerado enormes quantidades de ouro e prata para o Estado, mas ainda assim, contra intuitivamente, mesmo parecendo se tornar mais rica, tornava-se gradualmente mais fraca e mais pobre que os seus rivais europeus. Smith observou que, junto de Portugal e da semifeudal Polônia, a Espanha era a nação mais pobre da Europa, e que suas colônias eram “menos populosas e prosperas que as de quase qualquer outra nação europeia” (SMITH, 1981, p. 256, 568). Explicar este paradoxo estimulou o desenvolvimento da economia política enquanto disciplina. Segundo Hill (2004, p. 631), advertir sobre como práticas e políticas restritivas impostas pelos Estados são “contra a natureza” e podem produzir o seu colapso seria a *raison d’être* d’*A Riqueza das Nações*.

Smith repetidamente afirmou que a descoberta das minas na América causou um excesso de oferta de ouro e prata sobre a demanda efetiva, primeiro na Espanha e finalmente no resto da Europa, e que isto, por sua vez, levou a um decréscimo do valor da prata e do dinheiro, e um aumento correspondente no preço do trabalho e do milho – isto é, ele apontou para a inflação (SMITH, 1981, p. 191–192, 207, 210–211). A consequência foi um declínio severo nas manufaturas, comércio e crescimento da economia espanhola, em comparação com outras regiões da Europa (SMITH, 1981, p. 512). A partir do exemplo do declínio espanhol, Smith avançou a crítica à política de acumulação de metais preciosos e do sistema mercantil (SMITH, 1981, p. 192–193, 207–208, 254–265). Smith criticou os espanhóis pela sua obsessão por ouro como uma “ilusão estranha”, dado que a busca por metais preciosos “é a loteria mais desvantajosa no mundo” (SMITH, 1981, p. 562–563). Ainda, a busca por ouro seria absurda uma vez que o valor do ouro depende da sua escassez. Para Smith, o projeto da coroa espanhola era o tipo de desperdício “que dentre todos os outros, um legislador prudente, que deseja aumentar o capital da sua nação, deve ao menos evitar dar qualquer encorajamento extraordinário” (SMITH, 1981, p. 562). Percebe-se pelo exemplo espanhol que o plano de auto melhoramento que natureza inculcou no homem pode ser frustrado: o “progresso da opulência” pode ser “distorcido” pelas “instituições humanas”(SMITH, 1981, p. 377).

Se as inclinações naturais do ser humano, por exemplo o desejo desmedido por ouro, levarem as sociedades apenas até a situação de uma sociedade mercantil, então tais paixões claramente

apresentariam o defeito de não promover a melhor forma de sociedade comercial e isto significaria um desafio particularmente poderoso à sua compreensão teleológica da história. Mas, Smith enfatiza que o tipo mercantil de sociedade comercial, diferentemente do tipo de livre mercado, não é natural (SMITH, 1981, p. 456–459) e que a introdução do “sistema natural de liberdade perfeita” (SMITH, 1981, p. 606), neste caso, precisa ser deixada para “a sabedoria dos futuros estadistas e legisladores.” Smith tem em alta conta o papel do “legislador prudente” (SMITH *et al.*, 1982, p. 216). Ele deve estudar, compreender e avançar as prescrições da economia política de Smith; deve promover a estrutura correta da sociedade comercial, isto é, o tipo de livre mercado.

Mas se a emergência do tipo natural de sociedade comercial depende do conhecimento e da ação do legislador, então ela não pode ser inevitável. Considerando este aspecto, haveria um problema com a teleologia da história de Smith (ALVEY, 2003, p. 16). Se nenhum legislador surgir em momentos cruciais, e a situação for dominada por políticos “insidiosos” (SMITH, 1981, p. 468) ou líderes facciosos, a forma correta de sociedade comercial não será adotada. A questão ganha importância também se a sociedade comercial possuir uma falha que conduza ao seu próprio colapso (ALVEY, 2003, p. 9).

Os desafios à moderna sociedade comercial

Para Smith (1981), uma vez alcançado um alto nível de desenvolvimento econômico no estágio da sociedade comercial, abre-se a possibilidade de que o processo de crescimento em algum momento conduza a uma situação na qual a condição da classe trabalhadora restaria reduzida a uma “precariedade malthusiana”. A razão para isso é que:

Num país que adquiriu tamanho complemento de riquezas que a natureza de seu solo e clima e sua situação em relação a outros países lhe permitiu adquirir, [...] os salários e os lucros seriam provavelmente muito baixos. [...] a competição pelo emprego necessariamente seria grande a ponto de reduzir os salários ao mínimo suficiente para manter o número de trabalhadores, e estando o país totalmente habitado, esse número não poderia ser aumentado (SMITH, 1981, p. 111).

Smith identifica a taxa de crescimento populacional como a força responsável por este prognóstico. Ele aponta que ela deve seguir positiva para os pobres enquanto diminui entre os ricos, e não há nenhuma indicação nos seus escritos de que na medida em que a renda efetiva dos pobres aumentasse haveria uma diminuição nas taxas de natalidade.

A pobreza, se bem que, sem dúvida, desencoraje, nem sempre evita o casamento. Parece mesmo ser favorável à geração. Uma mulher meio faminta das terras altas frequentemente dá à luz mais de vinte crianças, ao passo que uma dama mimada frequentemente é incapaz de gerar nenhuma, e geralmente fica exausta com duas ou três. A esterilidade, tão frequente entre as nossas elegantes, é muito rara entre as mulheres de classe inferior. A luxúria, no belo

sexo, ao passo que talvez inflame a paixão do prazer, parece sempre enfraquecer, e frequentemente destruir completamente, os poderes de geração (SMITH, 2017, p. 95).

O aumento da população seguiria implacavelmente até que culminasse em um ponto no qual a produtividade derivada da crescente divisão do trabalho seria finalmente sobrepujada pela produtividade decrescente da terra e dos recursos disponíveis à nação. Smith atribui esse resultado à escassez de terra (SMITH, 1981, p. 109). Heilbroner aponta que para que os salários permanecessem os mesmos, seria necessário que a demanda por trabalho aumentasse no mesmo ritmo que a oferta, e que, isto não ocorrendo, dever-se-ia esperar a queda dos salários em dinheiro e uma provável diminuição do crescimento da demanda efetiva (HEILBRONER, 1973, p. 251). Neste ponto, a “magra subsistência” das classes mais baixas estabeleceria “limites à multiplicação da espécie humana”, isto é, uma alta taxa de mortalidade” (SMITH, 1981, p. 97–98). Na transição de uma economia crescente para uma estacionária, os salários poderiam apenas manter a população, mas os trabalhadores não poderiam mais pagar por aquilo que foi chamado de “necessidades”. Mesmo com a sociedade comercial sobrevivendo a esta transição, as pessoas não restariam felizes, contradizendo o prospecto de felicidade e perfeição da espécie prometido pelo esquema histórico-filosófico de Smith. O prenúncio de um estado estacionário, argumenta Alvey (2003), é na verdade um prospecto pessimista, porque dele decorre a infelicidade da maioria do povo (2003, p. 16).

Mereceria talvez ser observado que é no estado progressista, enquanto a sociedade avança para maiores aquisições, mais do que quando adquiriu todo seu complemento de riquezas, que a condição do trabalhador pobre do grande corpo do povo, parece ser a mais feliz e a mais confortável. É dura na estacionária e miserável condição declinante. A condição progressista, na realidade, é o estado alegre e cordial para todas as diferentes ordens da sociedade. A estacionária é monótona, a declinante, melancólica (SMITH, 1981, p. 99).

Ainda, Smith (1981) aponta que a divisão do trabalho necessária à afluência da sociedade comercial levaria por si a uma condição humana que é inferior, e não superior, àquela dos estágios precedentes do processo histórico.

No progresso da divisão do trabalho, o emprego da parte maior daquele que vivem pelo trabalho, isto é o grande corpo do povo, vem a restar confinado a algumas poucas operações muito simples, frequentemente a uma ou duas. Mas a compreensão da maior parte dos homens é necessariamente formada pelos seus empregos. O homem cuja vida é gasta realizando poucas operações simples, das quais os efeitos também são, talvez, sempre os mesmos ou quase sempre os mesmos, não tem ocasião para exercer o seu entendimento, ou exercitar sua invenção em encontrar expedientes para remover dificuldades que nunca ocorrem. Ele naturalmente perde, portanto, o hábito de tal exercício, e geralmente torna-se tão estúpido e ignorante o quanto é possível para uma criatura humana tornar-se. O torpor da sua mente o deixa, não apenas incapaz de saborear ou de participar de qualquer conversação racional, mas também de conceber qualquer sentimento geral nobre ou sensível. E conseqüentemente de formar qualquer julgamento justo sobre muitos dos deveres ordinários da vida privada. Dos grandes e extensivos interesses do seu país, ele é totalmente incapaz de julgar; e a não ser que encargos muito particulares tenham sido tomados para torná-lo

diferente, ele é igualmente incapaz de defender o seu país na guerra. A uniformidade da sua vida estacionária naturalmente corrompe a coragem da sua mente [...] corrompe mesmo a atividade do seu corpo, e o deixa incapaz de exercer sua força com vigor e perseverança, em qualquer outro emprego que não naquele no qual ele foi criado. Sua destreza no seu negócio particular parece, desta maneira, ser adquirido às expensas das suas virtudes intelectuais, sociais e marciais. Mas em cada sociedade melhorada e civilizada este é o estado no qual o trabalhador pobre, isto é, o grande corpo do povo, deve necessariamente cair, a não ser que o governo se esforce para impedi-lo (SMITH, 1981, p. 781–782).

É impactante o contraste que Smith (1981) faz entre a sociedade comercial e as condições da vida em estágios anteriores da sequência histórica:

Isto se dá diferentemente nas sociedades bárbaras, como são comumente chamadas, de caçadores, pastores, e mesmo de lavradores naquele estado rude de agricultura que precede o melhoramento das manufaturas, e a extensão do comércio exterior. Em tais sociedades, as ocupações variadas de cada homem a exercer sua capacidade, e a inventar expedientes para remover dificuldades que são continuamente recorrentes. A invenção é mantida viva e a mente não sofre uma queda para a estupidez letárgica, que, em uma sociedade civilizada, parece adormecer o entendimento de quase todos nas fileiras inferiores do povo. Nestas sociedades barbaras, como são chamadas, cada homem, já se observou, é um guerreiro. Cada homem também é em alguma medida um estadista e pode formar um julgamento tolerável quanto aos interesses da sociedade, e a conduta daqueles que a governam (SMITH, 1981, p. 782–783).

Mas Smith (1981) explica que há um preço a ser pago por essa competência geralmente compartilhada: “nenhum homem pode adquirir aquele entendimento melhorado e refinado, que alguns homens muitas vezes possuem e um estado mais civilizado” (SMITH, 1981, p. 783). Ainda assim, concede que aqueles poucos que possuem este refinamento do entendimento contribuem pouco para o bem geral da sociedade a não ser que eles “calhem de ser posicionados em algumas situações bastante particulares” (SMITH, 1981, p. 783). O julgamento de Smith sobre a qualidade da vida na sociedade comercial é que: “Apesar das grandes habilidades daqueles poucos, todas as partes mais nobres do caráter humano podem ser, em grande medida, obliterados e extintos do grande corpo do povo”(SMITH, 1981, p. 783–784).

Heilbroner (1973, p. 254) argumenta que Smith relegou a qualidade moral de um sistema de liberdade perfeita a uma posição inferior àquela de uma época mais “rude”, mas mais integral [*wholesome*]. Pode-se verificar n’*A Riqueza das Nações* o seguinte dilema: uma decadência moral acompanha o progresso econômico, e a esta decadência junta-se, no fim, estagnação econômica.

Conclusões

Se aceitarmos a interpretação de que Smith apresenta uma visão teleológica da história, com a sociedade comercial como última etapa, inevitável e permanente apta a satisfazer os fins da natureza humana, devemos perguntar por que o seu esquema integrado de filosofia, história, psicologia e

economia termina em estagnação econômica e infelicidade - um fracasso desanimador a partir dos seus próprios termos. Heilbroner aponta que há dois aspectos que devem ser observados quanto a essa questão. A primeira, mais prosaica, é que Smith falhou em imaginar uma intervenção consciente no processo de crescimento populacional. A segunda é que lhe faltou um instrumento “lógico” que lhe permitisse transcender ou transformar o destino estacionário do qual a sociedade comercial torna-se vítima, fosse este instrumento uma crença na ideia de um desenvolvimento técnico capaz de superar ou postergar indefinidamente o desfecho malthusiano, ou uma formulação histórica dialética, nos termos da luta de classe de Marx (HEILBRONER, 1976, p. 255–256).

Hill (2001, p. 18) contra-argumenta que as perspectivas de Smith quanto aos efeitos deletérios da divisão do trabalho “devem ser vistos em contexto”, que deve ser compreendido que ele vê os efeitos benéficos como maiores do que os deletérios. Que ele repetidamente celebrou os enormes benefícios trazidos pela divisão do trabalho e atribuiu a eles quase todo o progresso e prosperidade da era comercial e que os efeitos deletérios seriam relativamente menores. Smith nunca teria recomendado uma involução para uma situação anterior à divisão do trabalho e aponta que os problemas trazidos por ela poderiam ser resolvidos dentro dos arranjos políticos e sociais existentes. Tal visão seria coerente com a sua “fé geral de que o mundo é imbuído com uma multitude de mecanismos de autocorreção” (HILL, 2001, p. 18).

Os exemplos dos declínios de Roma e da Espanha nos mostram que nem para Adam Smith as paixões humanas produzem inevitavelmente o progresso. Sociedades podem ser vitimadas por paixões viciosas, como a ganância por ouro dos reis católicos, que produziriam “instituições corruptas”. E neste caso Smith parece contradizer a sua própria teleologia “espontânea”, sugerindo que “legisladores prudentes” produzam correções. Por outro lado, considerando-se Roma, mesmo decisões legislativas prudentes e “conforme a natureza”, como o estabelecimento de exércitos regulares, não foram suficientes para garantir o progresso e a felicidade do povo. Conforme a investigação que foi possível realizar até aqui, portanto, *virtu* e *fortuna* continuam a assombrar a história, mesmo para um pensador moderno como Adam Smith.

Referências

ALVEY, J. E. Adam Smith’s View of History: Consistent or Paradoxical? *History of the Human Sciences*, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 1–25, 2003.

HEILBRONER, R. L. The Paradox of Progress: Decline and Decay in The Wealth of Nations. *Journal of the History of Ideas*, [s. l.], v. 34, n. 2, p. 243–262, 1973.

HERMAN, A. *A ideia de decadência na história ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HILL, L. Further reflections on the “Hidden Theology” of Adam Smith. *The European Journal of the History of Economic Thought*, [s. l.], v. 11, n. 4, p. 629–635, 2004.

HILL, L. The hidden theology of Adam Smith. *The European Journal of the History of Economic Thought*, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 1–29, 2001.

SHER, R. B. Adam Ferguson, Adam Smith, and the Problem of National Defense. *The Journal of Modern History*, [s. l.], v. 61, n. 2, p. 240–268, 1989.

SMITH, A. *A Riqueza das Nações*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Editora SA, 2017. *E-book*. Disponível em: <http://public.ebib.com/choice/PublicFullRecord.aspx?p=6507910>. Acesso em: 30 nov. 2021.

SMITH, A. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations Volumes 1 and 2*. Indianapolis, IN: Liberty Classics, 1981.

SMITH, A. *et al. The theory of moral sentiments*. Indianapolis: Liberty Classics, 1982. (The Glasgow edition of the works and correspondence of Adam Smith, v. 1).

SMITH, A.; SKINNER, A. *The Wealth of Nations: Books I-III*. [S. l.: s. n.], 2003.

WASZEK, N. *L'Écosse des lumières: Hume, Smith, Ferguson*. Paris: Presses universitaires de France, 2003. (Philosophies, v. 161).

WHELAN, F. G. *The political thought of Hume and his contemporaries: Enlightenment projects*. New York: Routledge, 2014. (Routledge studies in social and political thought).